



PUBLICADO(A) EM SESSÃO DE  
1-110-108, às 19 h 30 min

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**  
Recurso Eleitoral nº 666, Classe 30

**ACÓRDÃO Nº 5.812**  
**(01.10.2008)**

**RECURSO ELEITORAL Nº 666, CLASSE 30 - ANO 2008.**

**RECORRENTES:** JOSÉ CÍCERO SOARES DE ALMEIDA, candidato ao cargo de Prefeito no Município de Maceió/AL; COLIGAÇÃO "POR AMOR A MACEIÓ".

**ADVOGADOS:** Marcelo Henrique Brabo Magalhães e outros.

**RECORRIDO:** COLIGAÇÃO "GENTE EM PRIMEIRO LUGAR".

**ADVOGADOS:** Ricardo Antônio de Barros Wanderley e outros.

**RELATOR:** Juiz Francisco Malaquias de Almeida Junior.

**Ementa.**

**RECURSO INOMINADO. ELEIÇÕES 2008. PROPAGANDA. GUIA ELEITORAL. TELEVISÃO. ART. 58 DA LEI Nº 9.504/97. OFENSA À HONRA E À IMAGEM DE CANDIDATO. INEXISTÊNCIA. IRREGULARIDADE NÃO CONFIGURADA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.**

1. O homem público quando está no exercício do poder de administração ou se submete ao crivo das eleições, está naturalmente sujeito às críticas mais ásperas, mais firmes. A crítica contundente faz parte do embate eleitoral, não ensejando, por si só, o direito de resposta.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em conhecer o presente recurso, para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Juiz Relator.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, em Maceió, ao 1º dia do mês de outubro do ano de 2008.

  
**DES. ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA** - Presidente

  
**FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA JUNIOR** - Relator

  
**NIEDJA G. DE A. ROCHA KASPARY** - Procuradora Regional Eleitoral



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**  
Recurso Eleitoral nº 666, Classe 30

---

**RELATÓRIO**

Cuidam os presentes autos de Recurso Eleitoral Inominado interposto por José Cícero Soares de Almeida, candidato ao cargo de Prefeito desta Capital, e pela Coligação “Por Amor a Maceió”, objetivando a reforma da decisão do Exmo. Juiz da 2ª Zona Eleitoral, que julgou improcedente a representação c/c pedido de direito de resposta proposta em desfavor da Coligação “Gente Em Primeiro Lugar”.

Os recorrentes alegam que no guia eleitoral gratuito do rádio do dia 19.09.2008, veiculado nos períodos matutino e vespertino, a recorrida veiculou propaganda eleitoral com o fim de ridicularizar o candidato recorrente, quando deveria utilizar o espaço para apresentar propostas para a sociedade.

Ao tachar o candidato Cícero Almeida de “indecente”, “enganador” e “gente gananciosa”, os recorrentes afirmam que a propaganda ultrapassa os limites da crítica política, atingindo diretamente a imagem e a honra do candidato, uma vez que se tratam de afirmações injuriosas.

Desse modo, requerem o provimento do recurso, para que seja determinada a retirada a propaganda irregular do ar e seja concedido direito de resposta no programa eleitoral da coligação recorrida, em tempo equivalente ao utilizado para veicular a propaganda irregular, determinando ainda a perda de tempo equivalente ao dobro do usado na veiculação.

Em contra-razões, a recorrida sustenta que na matéria não há qualquer afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica a merecer direito de resposta. Assinala que os trechos reclamados encerram ato de crítica política, insere nos limites do embate eleitoral.

Desse modo, requere o desprovimento do recurso.

A Procuradoria Regional Eleitoral opinou pelo conhecimento e desprovimento do recurso.

É o relatório.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**  
Recurso Eleitoral nº 666, Classe 30

---

**VOTO**

Inicialmente, conheço do recurso interposto, pois presentes os pressupostos para sua admissibilidade.

Analisando o conteúdo da matéria veiculada, entendo que não restou configurada a conduta ofensiva imputada aos recorridos, observa-se que não foi ultrapassado o limite da crítica política na propaganda eleitoral.

Apesar da Lei n. 9.504/97, em seu art. 58, resguardar o conceito, a imagem e a honra dos candidatos, partidos ou coligações que se sentirem atingidos durante o processo eleitoral, afere-se do texto veiculado que este não se reveste de conteúdo injurioso ou difamatório, em momento algum desferiu ofensas pessoais ou faz afirmações levianas a respeito do candidato recorrente ou de qualquer pessoa.

Há que se ponderar que o homem público quando está no exercício do poder de administração ou se submete ao crivo das eleições, está naturalmente sujeito às críticas mais ásperas, mais firmes. A crítica contundente faz parte do embate eleitoral, não ensejando, por si só, o direito de resposta.

Como bem destacou a Procuradoria Regional Eleitoral, *caso o candidato tenha interesse em rebater as críticas que lhe forem desferidas, poderá fazê-lo perfeitamente no horário que já lhe foi destinado no programa eleitoral gratuito.*

Logo, não vislumbro conteúdo ofensivo ou a veiculação de fatos sabidamente inverídicos, capaz de ensejar o deferimento do direito de resposta ou a aplicação de penalidade em virtude de propaganda irregular.

Ante o exposto, voto no sentido de conhecer o presente recurso, para negar-lhe provimento, mantendo incólume a decisão de primeiro grau.

É como voto.

  
**FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA JUNIOR**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**  
Recurso Eleitoral nº 666, Classe 30

**EXTRATO DA ATA**  
**(94ª Sessão Ordinária de 2008)**

Recurso Eleitoral n.º 666, Classe 30.

Recorrente: José Cícero Soares de Almeida e outro.


Advogados: Marcelo Henrique Brabo Magalhães e outros.

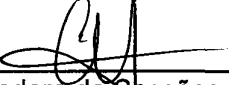
Decisão: À unanimidade de votos, conheceu-se do recurso para negar-lhe provimento (Acórdão nº 5.812, de 01.10.2008).

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA. Presentes os Exmos. Srs. Juízes: Drs. ANDRÉ LUÍS MAIA TOBIAS GRANJA, ANA FLORINDA MENDONÇA DA SILVA DANTAS, MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO, ELOÍNA MARIA BRAZ DOS SANTOS e FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA JUNIOR, bem como a eminente Procuradora Regional Eleitoral, Dra. NIEDJA G. DE A. ROCHA KASPARY. O Exmo. Sr. Des. ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO não participou deste julgamento em face de seu impedimento.

SESSÃO DE 1º.10.2008

CERTIDÃO DE CONFERÊNCIA E PUBLICAÇÃO

Certifico que o Acórdão nº 5.812, de 01/10/2008, foi conferido e publicado na 94ª sessão, realizada na mesma data, às 19h e 30min. Eu,  \_\_\_\_\_, lavrei a presente certidão, em Maceió, em 01/10/2008, que vai assinada pela Coordenadora de Sessões.

  
\_\_\_\_\_  
Coordenadora de Sessões